



Revista Contemporânea de Contabilidade
ISSN: 1807-1821
sensslin@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Maximiano Reina, Diane Rossi; Reina, Donizete; Freitas da Silva, Silvio
Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas
internacionais de contabilidade

Revista Contemporânea de Contabilidade, vol. 11, núm. 23, mayo-agosto, 2014, pp. 77-94
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76231724005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade

Comparability of accounting information in brazilian firms after the adoption of international accounting standards

Comparabilidad de la información contable en empresas brasileñas después de la adopción de las normas internacionales de contabilidad

Diane Rossi Maximiano Reina

Doutoranda em Ciências Contábeis

Professora da Universidade Federal de Uberlândia

Endereço: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Faculdade de Ciências Contábeis - Campus Santa Mônica

CEP: 38408-100 – Uberlândia/MG - Brasil

E-mail: dianereina@hotmail.com

Telefone: (34) 8426-1135

Donizete Reina

Mestre em Ciências Contábeis

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço: Av. Fernando Ferrari, nº 314, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – Campus Goiabeiras

CEP: 29075-910 – Vitória/ES - Brasil

E-mail: dreina2@hotmail.com; Donizete.reina@ufes.br;

Telefone: (27) 98165-5943

Silvio Freitas da Silva

Mestrando em Ciências Contábeis

Bolsista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço: Av. Fernando Ferrari, nº 314, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – Campus Goiabeiras

CEP: 29075-910 – Vitória/ES - Brasil

Contato: silviofreitas_17@hotmail.com

Telefone: (27) 99900-7841

Artigo recebido em 31/03/2014. Revisado por pares em 23/06/2014. Reformulado em 20/07/2014. Recomendado para publicação em 29/07/2014 por Sandra Rolim Ensslin (Editora Científica). Publicado em 28/08/2014.

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o Índice Brasil 50 - IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. É uma pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 16, 27, 04 e 38, calculados pelo índice de comparabilidade *T Index*. Os resultados evidenciam um nível de comparabilidade médio no CPC 16 de 0,34; CPC 27 de 0,90; CPC 04 de 0,92; e CPC 38 de 0,15 (mantidos para venda). Os índices médios de comparabilidade são críticos quanto ao método de mensuração e avaliação dos estoques, instrumentos financeiros.

Palavras-chave: Comparabilidade contábil. Normas internacionais. Pronunciamentos contábeis.

Abstract

This research aims to analyze the levels of comparability of financial reports of the companies comprising the Index Brazil 50 - IBrX-50 after the adoption of International Accounting Standards. It is a descriptive, qualitative and quantitative research concerning Technical Pronouncements CPCs 16, 27, 04 and 38, calculated by the index of comparability *T Index*. The results show an average level of comparability in 16 CPC of 0.34; 27 CPC 0.90; 04 CPC is 0.92; and 0.15 CPC 38 (held for sale). The average rates of comparability are critical of the method of measurement and evaluation of stocks, financial instruments.

Keywords: Accounting comparability. International Standards. Accounting pronouncements.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar los niveles de comparabilidad de los informes financieros de las empresas que componen el Índice Brasil 50 - IBrX-50 después de la adopción de las Normas Internacionales de Contabilidad. Es una investigación descriptiva, cualitativa y cuantitativa, referente a los Pronunciamientos Técnicos CPCs 16, 27, 04 e 38, calculados por el índice de comparabilidad *T Index*. Los resultados manifiestan un nivel de comparabilidad promedio en el CPC 16 de 0,34; CPC 27 de 0,90; CPC 04 de 0,92; y CPC 38 de 0,15 (mantenidos para la venta). Los índices promedio de comparabilidad son críticos sobre el método de mensuración y evaluación de los stocks, instrumentos financieros.

Palabras clave: Comparabilidad contable. Normas internacionales. Pronunciamientos contables.

1 Introdução

A convergência das normas contábeis vem se intensificando, visto que mais de 120 países já utilizam ou estão em processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (CARMO; RIBEIRO; CARVALHO, 2011). O objetivo do *IASB*, ao elaborar as Normas Internacionais de Contabilidade, é desenvolver e promover o uso e a aplicação de normas contábeis internacionais globalmente aceitas, de alta qualidade, comprehensíveis e exequíveis.

No Brasil, o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade iniciou com a Lei n. 11.638/07, que alterou a Lei das Sociedades Anônimas. Entretanto, a partir de 2010, todas as demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, conforme Instrução n. 457/2007 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Apesar de as empresas terem tido dois anos para se adequarem aos novos padrões contábeis, elas vêm enfrentando dificuldades na implementação das normas (FRERI; SALOTTI, 2013).

Dentre as vantagens advindas com a existência de padrões internacionais de Contabilidade, destacam-se as seguintes: mais transparência das demonstrações contábeis (TAVARES et al., 2010; FERNANDES et al., 2008; SILVA; SZUSTER, 2005); e comparação das informações contábeis divulgadas por diferentes países (TAVARES et al., 2010; FERNANDES et al., 2008; SILVA; SZUSTER, 2005; CARDOSO et al., 2010; IUDÍCIBUS; LÁZARO, 2007).

Segundo Franco, Kothari e Verdi (2011), investidores, reguladores, acadêmicos e pesquisadores reconhecem a importância da comparabilidade das informações financeiras entre as empresas. A comparabilidade das demonstrações financeiras melhora a qualidades das informações para os investidores globais, aumentando assim os fluxos de recursos financeiros oriundo de outros países (KANG; STULZ, 1997; FOND; HU; LI, 2011). A importância da comparabilidade se dá também no contexto regulamentar, tendo em vista que a Contabilidade é uma das características qualitativas da informação contábil contidas no *The Conceptual Framework for Financial Reporting* elaborado pelo *IASB*.

Com base na convergência às Normas Internacionais, diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas sobre a comparabilidade dos demonstrativos contábeis. Alguns estudos buscam (i) testar se a adoção das IFRS resulta em melhor comparabilidade (BROCHET; JAGOLINZER; RIEDL, 2011); (ii) o nível de comparabilidade nos países pertencentes ao BRIC (FABIANO, 2012); e, (iii) a construção de uma medida para avaliar a comparabilidade das demonstrações contábeis e seus efeitos nas análises efetuadas pelos analistas financeiros (FRANCO; KOTHARI; VERDI, 2011). No entanto, não se observam pesquisas que analisem a comparabilidade dos demonstrativos contábeis das empresas situadas no mesmo país. Tal fato torna-se relevante tendo em vista que diversos Pronunciamentos Técnicos permitem às empresas optarem pelo método de mensuração que melhor atende às suas políticas contábeis. Assim, a presente pesquisa busca analisar: Qual o nível de comparabilidade das práticas contábeis adotadas pelas empresas brasileiras? E tem por objetivo analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Para tanto, serão objeto de investigação os Pronunciamentos Técnicos CPC 16, que trata sobre os estoques; CPC 27, sobre o Imobilizado; CPC 04, que aborda os Ativos

Intangíveis; e o CPC 38, sobre instrumentos financeiros. Como a obrigatoriedade de elaboração dos demonstrativos financeiros totalmente convergentes de seu para o exercício de 2010, optou por pesquisa os demonstrativos publicados no período de 2010 a 2012.

A relevância desta pesquisa se dá por apresentar uma contribuição ao analisar a comparabilidade das demonstrações financeiras com base no processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, uma vez que, como benefícios da convergência a essas Normas, espera-se que tal fato acarrete benefícios às empresas, tais como mais uniformidade e transparência, minimizando assim os problemas de agência e de redução de assimetria informacional (DIAMOND; VERRECCHIA, 1991).

Nesse contexto, este estudo trará contribuições para o vasto campo de pesquisa sobre qualidade da informação contábil após a adoção dos padrões internacionais por analisar uma das suas características que é a comparabilidade. Dessa forma, justifica-se a pesquisa por analisar o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis de empresas de um mesmo país, aspecto este não contemplado em pesquisas anteriores.

O presente estudo está organizado em cinco seções: após esta primeira seção de caráter introdutório, apresenta-se, na segunda, o referencial teórico sobre a comparabilidade contábil e as Normas Contábeis investigadas, convergentes aos padrões internacionais; na terceira seção, apresenta-se a metodologia da pesquisa, subdividida em enquadramento metodológico, amostra e procedimentos para coleta e análise dos dados; na quarta, apresentam-se os resultados da pesquisa; na quinta e última seção, apresentam-se as considerações finais. Por fim, elencam-se as referências utilizadas na pesquisa.

2 Referencial Teórico

Os dois eixos teóricos que informam o presente estudo são explorados, em termos da revisão de literatura, nas subseções a seguir.

2.1 Comparabilidade Contábil

A comparabilidade é uma das características qualitativas da informação contábil que aumenta a sua utilidade, possibilitando às empresas atrair um número maior de investidores de outros países (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 1980; KANG; STULZ, 1997; FOND; HU; LI, 2011). Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, elaborado com base no *The Conceptual Framework for Financial Reporting (BV2011)*, emitido pelo IASB,

Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira (CPC, 2011).

Observa-se que a convergência aos padrões internacionais vem minimizar as diferenças nos padrões contábeis, tendo em vista que, até a adoção das IFRS, cada país possuía um modelo próprio de padrões contábeis. Como exemplo, temos o Brasil que utilizava o *Brazil's Generally Accepted Accounting Principles – BR GAAP*.

No Brasil, o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do IASB iniciou em 2005 com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n.1.055, em 7 de outubro de 2005 (KLANN; BEUREN, 2011).

Entretanto, a Lei das Sociedades por Ações foi alterada por meio da Lei n. 11.638/2007, que estabeleceu que todas as sociedades por ações deveriam elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com as novas práticas contábeis (em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade).

Ao preparar e elaborar os Pronunciamentos Técnicos, o CPC mostra que a convergência trouxe algumas diferenças nas práticas contábeis, dentre essas diferenças encontra-se a possibilidade de as empresas estarem mensurando Ativos e Passivos tanto pelo método de custo, quanto pelo de valor justo. Tal fato pode ocasionar dificuldades em relação à comparabilidade das demonstrações entre as empresas.

A fim de investigar questões relacionadas à comparabilidade, alguns pesquisadores têm investigado se houve aumento de comparabilidade por meio da análise das normas contábeis nacionais, e das práticas contábeis adotadas por países diferentes (VAN DER TAS, 1988; EMENYONY; GRAY, 1992; ARCHER; DELVAILLE; MCLEAY, 1995; HERMANN; THOMAS, 1995; PARKER; MORRIS, 2001; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; CAIRNS et al., 2010; FABIANO, 2012; FRERI; SALOTTI, 2013). Dentre essas pesquisas, destacamos as que serão apresentadas a seguir.

Em 2001, Parker e Morris investigaram a escolha das políticas contábeis de 80 empresas situadas no Reino Unido e na Austrália no ano de 1993. Como resultado, obtiveram um índice de comparabilidade nacional considerável ($T\ Index = 1,00$) em ambos os países.

Em 2008, Barth, Landsman e Lang, em seu estudo que envolveu as empresas não estadunidenses, concluíram que o processo de convergência melhora a comparabilidade, mas não a ponto de concluir que esse processo alcançará um nível ímpar de convergência, ou seja, ainda necessitará de algum tempo para que a harmonização material (das práticas contábeis) seja finalizada, se é que será finalizada em algum momento. Ainda nesse estudo, verificou-se que as empresas que apresentam suas informações financeiras elaboradas baseadas nas Normas Internacionais apresentam melhor qualidade das informações contábeis do que quando elaboradas baseadas em normas locais.

Já em 2010, Cairns et al. investigaram o uso da mensuração a valor justo em 228 empresas do Reino Unido e da Austrália por meio do $T\ Index$. Como resultado, observaram um crescimento na utilização do valor justo em relação à mensuração dos instrumentos financeiros e do pagamento baseado em ações nas empresas de ambos os países. Quanto à comparabilidade nacional (*National Index*), em relação às IFRS, o Reino Unido alcançou 0,917, e a Austrália, 0,881.

Em 2011, Brochet, Jagolinzer e Riedl investigaram se a adoção obrigatória das Normas Internacionais melhora a comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas do Reino Unido no período de 2003 a 2006. Então se deduz que os benefícios de acesso à informação privilegiada são reduzidos. Como resultados, os autores confirmam a premissa.

Fabiano, em 2012, investigou os níveis de comparabilidade nacional e internacional dos relatórios financeiros das empresas pertencentes aos países que fazem parte do BRIC no período de 2006 a 2010. Os resultados apontam uma queda do índice de comparabilidade internacional consolidado dos países do BRIC. Em relação ao índice nacional, a China obteve

grau de comparabilidade máximo em todos os itens avaliados, a Índia apresentou crescimento e o Brasil e a Rússia evidenciaram comportamento de queda no indicador.

Em 2013, Freri e Salotti analisaram a comparabilidade de empresas administradoras de *shoppings centers* do mercado brasileiro que possuem propriedades para investimento no período de 2010 e 2011. Como resultado, constatou-se que nenhuma das empresas atende completamente aos requisitos de divulgação e que diversas informações são expressas em formatos diferentes, prejudicando a comparabilidade entre as empresas.

Com base nas pesquisas apresentadas, constata-se que existe um campo vasto sobre esse tema a ser elaborado.

2.2 Normas Contábeis

Nesta seção, apresenta-se uma breve descrição dos Pronunciamentos Técnicos CPC 16, 27, 04 e 38, objeto de investigação desta pesquisa, destacando as formas de mensuração e avaliação permitidas após a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

A escolha desses Pronunciamentos Técnicos deu-se em função de sua utilização pelas diversas modalidades de negócios e de aspectos particulares no que tange à mensuração e à avaliação que serão abordados nos tópicos que se seguem.

2.2.1 CPC 16 Estoques

O CPC 16 foi aprovado em maio de 2009, cujo objetivo é estabelecer os procedimentos contábeis para registro dos estoques. O CPC 16 não se aplica aos estoques relacionados à produção em andamento provenientes de contratos de construção, incluindo contratos de serviços diretamente relacionados; a instrumentos financeiros; e a ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e com o produto agrícola no ponto da colheita (CPC 16, 2009).

São considerados estoques os ativos adquiridos ou produzidos pela empresa destinados à venda ou à utilização própria no curso normal de seus negócios (MARTINS et al., 2013). Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor (CPC 16, 2009).

Ainda de acordo CPC 16 entende por valor de custo todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Já o valor realizável líquido é o preço de venda estimado pela empresa no curso normal de seus negócios deduzidos dos custos estimados para finalizar o produto ou concretizar a venda (CPC 16, 2009; SILVA; SILVA; DENBERG, 2011).

Martins et al. (2013) menciona que um dos aspectos mais complexos na Contabilidade está relacionado à apuração dos custos dos estoques, por ser um ativo significativo para a empresa e também porque o custo irá influenciar diretamente na apuração do resultado. Para a apuração do custo unitário, a empresa pode utilizar três métodos: Preço Específico, Média Ponderada Móvel (MPM) ou Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

Com a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade, o tratamento contábil dos estoques passou por mudanças significativas quanto à sua mensuração e evidenciação (THOMAZ; KRONBAUER; LISZBINSKI, 2013). Com essas modificações quanto ao tratamento contábil, justifica-se a escolha desse Pronunciamento como parte integrante de pesquisa.

2.2.2 CPC 27 *Imobilizado*

O CPC 27 foi aprovado em maio de 2009 com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para Ativos Imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus Ativos Imobilizados, bem como suas mutações (CPC 27, 2009).

O processo de mensuração do Ativo Imobilizado no momento do reconhecimento deve ser realizado pelo seu custo (CPC 27, 2009). Para tanto, o item 16 do CPC 27 menciona que o custo de um Ativo Imobilizado é composto por: a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o Ativo no local e condição necessária para ele ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e c) estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

Segundo o CPC 27, após o reconhecimento, a mensuração subsequente deve ser realizada pelo método de custo ou pelo método de reavaliação. No método de custo, o Ativo é registrado pelo seu custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por recuperabilidade de Ativo reconhecidas (*Impairment Test*). O método de reavaliação não é mais permitido no Brasil, conforme determina a Lei n. 11.638/07, a partir do ano de 2008.

Cumpre lembrar que a Interpretação Técnica ICPC 10 trouxe orientação para as empresas que já possuíam bens registrados em seu Imobilizado e necessitavam convergir tais Ativos às Normas Internacionais. Na adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, a empresa deve avaliar os Ativos registrados em seu Imobilizado que ainda estejam em operação para identificar se eles se encontram registrados no balanço por valores inferiores ou superiores ao seu valor justo, empregando assim o valor justo do bem como custo atribuído.

A inclusão desse Pronunciamento torna-se relevante na pesquisa para evidenciar o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis quando um pronunciamento permite dois métodos de mensuração; no entanto há uma limitação legal (para utilização de somente um desses métodos), tornando-se um importante tópico.

2.2.3 CPC 04 *Intangível*

O CPC 04 tem por objetivo definir o tratamento contábil dos Ativos Intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento. Esse Pronunciamento estabelece que uma entidade deve reconhecer um Ativo Intangível apenas se determinados critérios forem atendidos (CPC 04, 2010).

O CPC 04 (R1) define Ativo Intangível como um ativo não monetário identificável e sem substância física. Um Ativo Intangível pode ser adquirido ou criado na própria empresa, independentemente, deve ser reconhecido quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros, for controlável pela entidade e os custos dos Ativos puderem ser mensurados confiavelmente. O Ativo Intangível deve ser mensurado pelo custo no momento do reconhecimento inicial, com exceção para o Intangível adquirido em uma combinação de

negócios que deve ser mensurado pelo valor justo no momento da aquisição (CPC 04, 2010).

De acordo com CPC 04, a mensuração subsequente deve ser realizada pelo método de custo, deduzindo a amortização (quanto o Intangível possui vida útil definida) e pelo método de custo, deduzindo as possíveis perdas por redução ao valor recuperável (quando o Intangível possui vida útil indefinida) ou pelo método de reavaliação quando permitido legalmente. No Brasil, a reavaliação de bens tangíveis ou intangíveis não é permitida devido às disposições contidas na Lei n. 11.638/07.

As empresas têm registrado valores expressivos de Ativos Intangíveis em seu balanço patrimonial (EKBERG; LINDGREN, 2007), e há uma dificuldade na mensuração e estimação da vida útil desses Ativos, considerados por muitos autores como um dos principais ativos geradores de benefícios (MACHADO; FAMÁ, 2011). Dessa forma, este CPC torna-se um pronunciamento que carece de novas pesquisas em ciência contábil.

2.2.3 CPC 38 Instrumentos Financeiros

Para definir o tratamento contábil dos Ativos e Passivos Financeiros, o CPC emitiu em 2009 os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40. O CPC 38 aborda o reconhecimento e a mensuração dos Ativos Financeiros; o CPC 39, a apresentação; e o CPC 40, a evidenciação.

Segundo o CPC 38, o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro deve ser realizado pelo seu valor justo mais os custos incorridos para a sua obtenção (no caso dos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento).

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros deve ser realizada de acordo com sua classificação. O CPC 38 classifica os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- (a) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, como o próprio nome do instrumento já diz é mensurado ao valor justo;
- (b) investimentos mantidos até o vencimento deve ser mensurado pelo custo histórico amortizado com a utilização do método dos juros efetivos;
- (c) empréstimos e contas a receber que deve ser mensurado pelo custo histórico amortizado com a utilização do método dos juros efetivos ; e
- (d) instrumentos financeiros disponíveis para venda devem ser mensurados pelo valor justo.

Convém ressaltar que os investimentos em instrumentos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido e derivativos que estejam ligados a e devam ser liquidados pela entrega desses instrumentos patrimoniais não cotados, devem ser medidos pelo custo (CPC 38, 2009).

As empresas têm problemas na implementação dos instrumentos financeiros, devido à exigência de conhecimentos específicos relacionados ao tratamento contábil, principalmente nos derivativos (WALLACE; WILLIAMS, 2002; BHAMORNSIRI; SCHROEDER, 2004). Por isso, justifica-se a escolha desse Pronunciamento.

3 Metodologia da Pesquisa

Nesta seção, são descritos: (i) o enquadramento metodológico da pesquisa; (ii) a amostra; e, (iii) os procedimentos para coleta e análise dos dados.

3.1 Enquadramento Metodológico

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva (GIL, 2010), por analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Quanto à coleta dos dados, esta pesquisa utilizou dados secundários, tendo em vista que as informações foram obtidas por meio das notas explicativas publicadas pelas empresas (BEUREN et al., 2010).

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e quantitativa. É qualitativa ao examinar as notas explicativas divulgadas pelas empresas para verificar os métodos de mensuração utilizados de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 14, 27, 04 e 38, e é quantitativa ao aplicar o teste *T Index* (RICHARDSON, 2008).

Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental por ser realizada com base na análise das notas explicativas das empresas que compõem o IBrX-50 nos anos de 2010 a 2012 (BEUREN et al., 2010).

3.2 População e Amostra

A população-alvo da pesquisa é composta por 47 empresas que compõem o IBrX-50 da BM&FBOVESPA no período de 2010 a 2012. O levantamento dessas empresas foi realizado na primeira quinzena de dezembro de 2013.

Justifica-se a escolha das empresas pertencentes ao IBrX-50 por ser composto pelos 50 papéis com mais liquidez da BM&FBOVESPA.

Dentre as empresas que compõem o Índice, foram excluídas as instituições financeiras em virtude de suas regulamentações específicas e a AMBEV por não apresentar os demonstrativos contábeis do período analisado. O resultado foi uma amostra composta por 36 empresas apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Empresas que compõem a amostra da pesquisa

EMPRESAS	
ALL América Latina Logística S.A	Lojas Americanas S.A
Braskem S.A	Lojas Renner S.A
BR Malls Participações S.A	MMX Mineração e Metálicos
BR Properties S.A	Marfrig Alimentos S.A
CCR S. A	MRV Engenharia e Participações
CEMIG	Natura Cosméticos S.A
Cosan S.A. Industria e Comércio	Oi S.A
Cia Siderurgia Nacional	Cia Brasileira de Distribuição
Cyrela Brazil Realty S.A	PDG Realty S.A
Embraer S. A	Petróleo Brasileiro S.A Petrobras
Fibria Celulose S.A	Rossi Residencial S.A
Gafisa S.A	Cia Saneamento Básico Estado de São Paulo
Gerda S.A	Suzano Papel e Celulose S.A
Cia Hering	Tim Participações S.A
Hypermarcas S.A	Ultramar Participações S.A
JBS S.A	Usina Sid de Minas Gerais S.A –Usiminas
Klabin S.A	Vale S.A
Kroton Educacional S.A	Telefônica Brasil S.A

Fonte: Dados da pesquisa.

3.3 Procedimento para Coleta e Tratamento dos Dados

O procedimento utilizado para a coleta dos dados foi a pesquisa documental, por meio da análise das notas explicativas das empresas investigadas. As notas explicativas foram coletadas no *site* da BM&FBovespa.

Para a coleta dos dados, elaborou-se um *check-list* que expressasse as formas de mensuração permitidas no Brasil após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, fez-se uma leitura dos seguintes Pronunciamentos Técnicos, objeto de investigação por esta pesquisa: CPC 16 – Estoques; CPC 27 – Imobilizado; CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 38 – Instrumentos Financeiros.

O período de investigação escolhido foi de 2010 a 2012, por ser, a partir do exercício findo no ano de 2010, a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras consolidadas em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade.

A identificação do nível de comparabilidade pode ser obtida por meio de índices que quantifiquem o grau de similaridade por parte das empresas na adoção das regras contábeis. Para esta pesquisa, o índice utilizado é o *T Index* desenvolvido com base nas pesquisas realizadas por Taplin (2004). Esse índice reflete a probabilidade de duas ou mais empresas selecionadas aleatoriamente possuírem demonstrações financeiras comparáveis. Para tanto, o índice assume o valor 0 (zero) quando os demonstrativos contábeis de todas as empresas não são comparáveis entre si, e 1 (um) quando todas os demonstrativos são plenamente comparáveis entre si. Esse índice pode ser utilizado para análise da comparabilidade entre empresas situadas em um mesmo país (*National Index*), bem como para comparação de empresas situadas em países diferentes (*International Index*). No contexto desta pesquisa, será investigada a comparabilidade entre empresas situadas em um mesmo país. A fórmula geral para o *T Index* para empresas situadas em um mesmo país é apresentada pela equação abaixo:

$$T \text{ Index} = \sum_{k=1}^m (P_k)^2$$

Onde:

P_k é a proporção de empresas do país que utilizam o método contábil k;
M é a quantidade de métodos contábeis analisados.

Fabiano (2012) menciona que a comparabilidade melhora quando os índices evidenciam que as escolhas das práticas contábeis convergem com um método. Dessa forma, quanto maior for o número de empresas que utilizam uma prática contábil, maior será a comparabilidade.

4 Apresentação e Discussão dos Resultados

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos do nível de comparabilidade dos relatórios contábeis em relação aos CPCs 04, 16, 27 e 38.

A Tabela 1 evidencia a quantidade, o percentual de empresas e as políticas contábeis adotadas pelas empresas. As escolhas contábeis, geralmente, são método de custo, método de valor justo e método de reavaliação. Considerou-se também o custo atribuído para o ano de

2010, conforme permitido para avaliação dos Ativos Intangíveis e Imobilizado na convergência inicial dos demonstrativos às normas internacionais.

A classificação não divulgado quando as empresas não evidenciaram as políticas contábeis adotadas para mensuração e avaliação dos Ativos e Passivos pesquisados.

Quanto à mensuração dos estoques, por meio da Tabela 1 é possível observar que a maioria das empresas utiliza o modelo de mensuração a valor de custo. No entanto, constata-se que 31% das empresas não divulgam os métodos utilizados. No que tange aos métodos de avaliação, o custo médio ponderado é utilizado por 67% das empresas. Em relação à evolução da utilização dos métodos, percebe-se uma constância nos anos investigados.

As empresas utilizam o método de custo para avaliação dos Ativos Imobilizados, tendo em vista que, no Brasil, não é permitido o método de reavaliação. Entretanto, o que chama atenção é que as empresas não utilizaram o custo atribuído na convergência inicial de seus demonstrativos às Normas Internacionais.

Da mesma forma que o Imobilizado, as empresas utilizam o método de custo para avaliação dos Ativos Intangíveis, tendo em vista que o método de reavaliação não é permitido no Brasil.

Quanto aos instrumentos financeiros, estes são classificados em: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, derivativos, empréstimos e contas a receber e mantidos até o vencimento.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados a valor justo pela maioria das empresas. Quanto aos instrumentos financeiros disponíveis para venda, observa-se que muitas empresas não divulgam o método utilizado. No que tange aos derivativos, aproximadamente 70% das empresas mensuram pelo método do valor justo. Os empréstimos e contas a receber são mensurados pelas empresas pelo custo histórico amortizado. Em relação aos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, em torno de 50% das empresas realizam a mensuração pelo custo amortizado, no entanto muitas empresas (30%) não divulgam o método utilizado.

Tabela 1 - Políticas contábeis adotadas pelas empresas

		2010		2011		2012	
		N=36	%	N=36	%	N=36	%
CPC 16 - Estoques							
Mensuração							
Valor de custo	21	58%		22	61%	20	56%
Valor realizável líquido	0	0%		0	0%	1	3%
Não divulgado	11	31%		11	31%	12	33%
Não possui	4	11%		3	8%	3	8%
Avaliação							
Preços específicos	0	0%		0	0%	0	0%
PEPS	0	0%		0	0%	1	3%
Custo médio ponderado	24	67%		21	58%	20	56%
Não divulgado	8	22%		12	33%	12	33%
Não possui	4	11%		3	8%	3	8%
CPC 27 - Imobilizado	N=36	%		N=36	%	N=36	%
Mensuração							
Método de Custo	34	94%		34	94%	35	97%
Método de Reavaliação	0	0%		0	0%	0	0%
Custo atribuído	0	0%		0	0%	0	0%
Não divulgado	2	6%		2	6%	1	3%
CPC 04 - Intangível	N=36	%		N=36	%	N=36	%
Mensuração							
Método de Custo	34	94%		35	97%	35	97%
Método de Reavaliação	0	0%		0	0%	0	0%
Custo atribuído	0	0%		0	0%	0	0%
Não divulgado	2	6%		1	3%	1	3%
CPC 38 - Instrumentos Financeiros	N=36	%		N=36	%	N=36	%
Mensuração							
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado							
Método de custo	0	0%		0	0%	0	0%
Valor justo	35	97%		35	97%	34	94%
Não divulgado	1	3%		0	0%	1	3%
Não possui				1	3%	1	3%
Disponíveis para venda							
Método de custo	4	11%		4	11%	4	11%
Valor justo	14	39%		13	36%	14	39%
Não divulgado	15	42%		14	39%	11	31%
Não possui	3	8%		5	14%	7	19%
Derivativos							
Método de custo	0	0%		0	0%	0	0%
Valor justo	26	72%		28	78%	28	78%
Não divulgado	7	19%		6	17%	6	17%
Não possui	3	8%		2	6%	2	6%
Empréstimos e contas a receber							
Custo amortizado	36	100%		36	100%	35	97%
Valor justo	0	0%		0	0%	0	0%
Não divulgado	0	0%		0	0%	1	3%
Mantidos até o vencimento							
Custo amortizado	21	58%		17	47%	18	50%
Valor justo	0	0%		0	0%	0	0%
Não divulgado	12	33%		12	33%	11	31%
Não possui	3	8%		7	19%	7	19%

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir, apresenta-se, na Tabela 2, o *National Index*, calculado por meio do *T Index*.

Tabela 2 –National Index

National Index	2010	2011	2012
CPC 16 - Estoques			
Mensuração	0,34	0,37	0,31
Avaliação	0,30	0,20	0,18
CPC 27 - Imobilizado			
Mensuração	0,88	0,88	0,94
CPC 04 - Intangível			
Mensuração	0,88	0,94	0,94
CPC 38 - Instrumentos Financeiros			
Mensuração			
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	0,94	0,94	0,88
Disponíveis para venda	0,16	0,14	0,16
Empréstimos e contas a receber	1,00	1,00	0,94
Mantidos até o vencimento	0,34	0,22	0,25
Derivativos	0,52	0,61	0,61

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os índices de comparabilidade, observa-se a comparabilidade plena nas práticas relacionadas aos instrumentos financeiros no que diz respeito às práticas de empréstimos e contas a receber. Em relação aos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o índice médio foi de 0,92, sendo considerado um índice próximo da comparabilidade plena. A mesma situação ocorre quanto à comparabilidade dos Ativos Intangíveis e Imobilizado. Quanto aos estoques, o índice médio em relação à mensuração é de 0,34, e 0,23 em relação à avaliação dos estoques cuja utilização é o custo médio ponderado.

Dentre as formas de classificação dos instrumentos financeiros, os instrumentos classificados como disponíveis para venda possuem índice médio de 0,15; os instrumentos mantidos até o vencimento com índice médio de 0,27; e os instrumentos financeiros derivativos com índice médio de 0,58.

Os índices com menor índice de comparabilidade são os instrumentos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, seguido da forma de avaliação dos estoques.

Outro fator que chama atenção é que não se observa uma evolução no período investigado para a maioria dos índices de comparabilidade investigados.

Tais achados divergem da pesquisa realizada por Fabiano (2012) com empresas brasileiras do setor de petróleo e gás, siderurgia, mineração e energia, cujos índices médios de comparabilidade foram: média do índice de mensuração dos estoques (0,65) e avaliação dos estoques com comparabilidade plena (ou seja, 1,00); mensuração do imobilizado índice médio de 0,824; intangível 0,728; instrumentos financeiros mantidos até o vencimento 0,77;

instrumentos financeiros disponíveis para venda e derivativos com comparabilidade plena (índice 1,00).

5 Conclusão

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, no período de 2010 a 2012.

Com base na análise das políticas contábeis adotadas pelas empresas, foi possível estabelecer um índice de comparabilidade médio para cada Pronunciamento Técnico investigado.

O nível de comparabilidade médio para o CPC 16 Estoque foi de 0,34; CPC 27 Imobilizado 0,9; CPC 04 Intangíveis 0,92; e CPC 38 Instrumentos Financeiros, mantidos para venda 0,15, mensurados por meio do resultado 0,92; empréstimos e contas a receber 0,98; mantidos para venda 0,27 e derivativos 0,58.

Nesse contexto, pode-se inferir que os índices médios de comparabilidade são críticos em relação ao método de mensuração e de avaliação dos estoques, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mantidos para venda.

Outro fato é que não houve uma evolução nos índices de comparabilidade no período de 2010 a 2012. Na maioria dos índices, as variações não foram significantes.

Tais achados apresentam índices inferiores ao encontrado por Fabiano (2012) que investigou as empresas do setor de petróleo e gás, siderurgia, mineração e energia.

Nesse sentido, observa-se que a Contabilidade, após a adoção das Normas Internacionais, tem como desafio melhorar os índices de comparabilidade. Para tanto torna-se necessário que as empresas efetuem melhor divulgação em seus demonstrativos financeiros das práticas adotadas para mensuração e avaliação de seus Ativos e Passivos, contribuindo assim para mais transparência e qualidade dos demonstrativos.

Sugere-se, para futuras pesquisas, analisar todas as empresas com ações listadas na BM&FBovespa, comparando o nível de comparabilidade antes e após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Referências

ARCHER, S.; DELVAILLE, P.; MCLEAY, S. The measurement of harmonization and the comparability of financial statement items: within-country and between-country effects. **Accounting and Business Research**, v. 25, p. 67-80, 1995.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, p. 467-498, June, 2008.

BEUREN, I. M. et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BHAMORNSIRI, S.; SCHROEDER, R. G. The disclosure of information on derivatives under SFAS no. 133: evidence from the dow 30. **Managerial Auditing Journal**, v. 19, n. 5, p. 669-680, 2004.

BROCHET, F.; JOGALINER, A. D.; RIEDL, E. J. Mandatory IFRS adoption and financial statement comparability. **Contemporary Accounting**, v. 29, n. 3, 2011.

CAIRNS, D.; MASSOUDI, D.; TAPLIN, R.; TARCA, A. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. **The British Accounting Review**, v. 30, p. 1-21, 2010.

CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 242-262, set./dez, 2011.

CARDOSO, R. L. et al. Análise da regulação da Contabilidade à luz da teoria tridimensional do direito de Miguel Reale. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 6, n. 1, p. 6-27, jan./mar, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)* – Ativos Intangíveis. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=18>. Acesso em: janeiro/2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1)* – Estoques. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=31>. Acesso em: janeiro/2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 27 (R1)* – Ativo Imobilizado. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=37>. Acesso em: janeiro/2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=52>. Acesso em: janeiro/2014.

DIAMOND, D. W.; VERRECCHIA, R. E. Disclosure, liquidity, and the cost of capital. **Journal of Finance**, v. 46, n. 4, p. 1325-1359, 1991.

EMENYONU, E. N.; GRAY, S. J. EC accounting harmonisation: an empirical study of measurement practices in France, Germany and the UK. **Accounting and Business Research**, v. 23, p. 49-58, 1992.

EKBERG, M.; LINDGREN, L. Accounting of intangibles under IFRS - A comparative study of Sweden and Australia. Master Thesis, Department of Financial Reporting and Analysis, School of Business, Economics and Law, Gothenburg University, Spring, p. 1-50, 2007.

- FABIANO, D. **O nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- FERNANDES, L. de J. D. et al. Uma abordagem sobre a harmonização entre a Contabilidade brasileira e internacional: o caso da parada programada. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 01, n. 9, p. 49-70, jan./jun. 2008.
- FRANCO, G.; KOTHARI, S. P.; VERDI, R. S. The benefits of financial statement comparability. **Journal of Accounting Research**, v. 49, n. 4, p. 895-931, 2011.
- FRERI, M. R., SALOTTI, B. M. Comparabilidade de empresas administradoras de shoppings centers do mercado de capitais brasileiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 1, p. 25-45, jan./abr. 2013.
- FOND, M.; HUNG, M.; LI, S. The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability. **Journal of Accounting and Economics**, v. 51, n. 3, p. 240-250, 2011.
- GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HERMANN, D.; THOMAS, W. Harmonization of accounting measurement practices in the European Community. **Accounting and Business Research**, v. 25, p. 253-265, 1995.
- IUDÍCIBUS, S.; LÁZARO, P. L. Contabilidade: entre umas e outras. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 1, n. 1, p. 1-6, set. 2007.
- KANG, J. K.; STULZ, R. Why is there a home bias? An analysis of foreign portfolio equity ownership in Japan. **Journal of Financial Economics**, v. 46, p. 3-28, 1997.
- KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. Gerenciamento de resultados: análise comparativa de Empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS. In: V CONGRESSO ANPCONT. 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2011.
- MACHADO, H. M; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e governança corporativa no mercado de capitais brasileiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 89-110, 2011.
- PARKER, R.; MORRIS, R. The influence of US GAAP on the harmony of accounting measurement policies of large companies in the UK and Australia. **Abacus**, v. 37, n. 3, p. 297-378, 2001.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas. 2008.

SILVA, A. T. O.; SZUSTER, N. Evidenciação de um empresa no exterior. Estudo de caso Cabo Verde Telecom S.A – Portugal Telecom SGPS S.A. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.77-90, jan./jun. 2005.

SILVA, A. F. S.; SILVA, E. P.; DENBERG, M. W. Mensuração do fair value de ativos tangíveis: estoque e ativo imobilizado. **Revista Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 51, p. 48-55, 2011.

TAPLIN, R. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. **Accounting and Business Research**, v. 34, n. 1, p. 57-73, 2004.

TAVARES, M. F. N. et al. Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela BOVESPA com o CPC 01-Redução ao valor recuperável de ativos. In: IV CONGRESSO ANPCONT. 2010, Natal. *Anais...* Natal: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2010.

THOMAZ, J. L. P.; KRONBAUER, C. A.; LISZBINSKI, B. B.; As práticas contábeis relativas à mensuração e evidenciação dos estoques em empresas industriais do mercosul e comunidade andina estão convergentes com a norma do IASB?. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v. 10, n. 21, p. 51-70, 2013.

VAN DER TAS, L. G. Measuring harmonization of financial reporting practice. **Accounting and Business Research**, v. 18, p. 157-169, 1988.

WALLACE, P. W.; WILLIAMS, A. G. Accounting for derivatives: the latest changes affecting financial institutions. **Bank Accounting & Finance**, v. 15, n. 3, 2002.

